

Marluce Pereira da Silva\*  
Cássio Eduardo Rodrigues Serafim\*\*

## PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE COTAS NA MÍDIA: O NEGRO PODE SER UNIVERSITÁRIO?\*\*\* (Discursive practices about shares in the media: can black be a university student?)

### RESUMO

Este artigo se inscreve num debate mais amplo sobre o sistema de cotas para a inserção de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras, que obteve uma maior publicização em meados de 2001. Desde então, assiste-se a diversos fóruns promovidos por meios de comunicação massivos, nos quais observamos que as opiniões a favor ou contra a adoção das cotas geralmente parecem repetir-se. Logo, podemos indagar a respeito de que influências as ações da mídia teriam na constituição de sujeitos contemporâneos.

**Palavras-chave:** cotas; identidade; práticas discursivas.

### ABSTRACT

This article enrolls in a wider discussion on the system of quotas for inserting the black students' in the Brazilian public universities, that obtained a larger divulgation in the middle of 2001. Ever since, it is attended several forums in the massive media, in which observed favorables opinions or against the adoption of the quotas seem usually to repeat. Therefore, we can to ask about that the actions of the media' influences would have in the constitution of contemporary subjects.

**Keywords:** quotas; identity; discursive practices.

## INTRODUÇÃO

Os debates contemporâneos acerca da mobilidade social apontam para o surgimento de movimentos sócio-políticos cuja preocupação se volta para a reafirmação da identidade (WOODWAR, 2000), enfocando construtos definidores de posições numa sociedade. A adoção do sistema de cotas para o maior ingresso de estudantes negros em universidades públicas brasileiras obteve uma publicização intensa a partir de 2001. Desde então, assistimos a diversos fóruns sobre o assunto, promovidos por meios de comunicação massivos como a televisão e os jornais impressos, por exemplo. Hoje os meios e os processos de comunicação convergem para a produção e reconstituição de sujeitos,

\* UFRN. marlucepereira@uol.com.br

\*\* UFRN. cassioserafim@ig.com.br

\*\*\* Uma versão deste trabalho já foi apresentada no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), no simpósio temático *Interdiscurso*, intitulada *Interdiscurso e produção de identidade social: as cotas para negros no discurso midiático*.



ginalização de parcelas da população brasileira, que, cultural e historicamente, sofrem os efeitos de mecanismos de poder que dificultam, sobremaneira, o seu acesso a serviços e a bens de consumo, a sua participação política no desenvolvimento da sociedade e a sua mobilidade espacial na modernidade líquida. Há entendimentos que restringem a concepção de ação afirmativa apenas à adoção de cotas, quando, na verdade, as ações afirmativas se espraiam para os diversos segmentos sociais em que há negros e afro-descendentes – e outras minorias – que vivenciam situações de sobrevivência desfavoráveis. As cotas nas universidades buscam oportunizar membros dessas minorias que pretendem submeter-se ao exame vestibular, ou seja, negros, afro-descendentes, índios que se enquadrem no sistema educacional brasileiro e que almejem esse ingresso.

Assistimos a debates, a partir de projetos de lei propostos no Congresso Nacional, acerca de alguns tipos de ação afirmativa<sup>1</sup>. Via de regra, nesses projetos de autoria de alguns parlamentares, percebemos efeitos de sentido em que se procura minimizar a visível desigualdade social e racial que há no Brasil e que toma como foco a escola vista por muitos como instância que tem destinado aos negros, índios e pobres uma educação de ínfima qualidade e que, ao mesmo tempo, destinou à população branca, considerada social, política e economicamente hegemônica, uma educação de qualidade. A concepção de ação afirmativa recente mostra-se coerente a demandas surgidas na contemporaneidade, entre as quais a escolaridade – uma exigência imposta a todos que se sentem obrigados a atualizar-se intelectual e profissionalmente, a fim de enfrentar não apenas as forças da globalização, mas também as práticas segregacionistas vivenciadas já nos primeiros anos de escolarização e implementadas pela instituição escolar, em seus vários níveis.

O acesso à universidade é um meio de combate à exclusão social e profissional, que pode interferir, positivamente, na mobilidade espacial dos indivíduos, resistindo aos efeitos nefastos das forças da globalização e possibilitando o seu desenraizamento através do possível aumento de suas liberdades de escolha identitária (BAUMAN, 1999). Para Foucault (1978; 1979), o sujeito que se encontra em práticas de produção e de significação está envolvido em relações de poder. Concebendo a instituição universitária como espaço de socialização e produção de saber, podemos tomar estudantes cotistas como sujeitos que estejam inseridos em práticas discursivas que contribuam para desestabilizar hierarquias de ordem cultural, social, política e econômica que subjagam minorias e que garantem aos brancos *status* privilegiado na ordem social vigente.

---

<sup>1</sup> É importante lembrarmos a iminente votação, por parte das instâncias do Poder Legislativo, do Projeto de Lei 73/99, que institui a adoção de cotas.

## IDENTIDADES CONTEMPORÂNEAS

O sujeito contemporâneo constitui-se com múltiplas identidades, inseridas em relações de forças intensas e conflitantes (HALL, 2004). Assim como outros fenômenos sociais, a constituição identitária sempre se encontra em processo de formulação cultural, social, pessoal e teórica, sendo submetida a reelaborações que espelham mudanças ocorridas e que vem ocorrendo nas sociedades, principalmente nos tempos atuais, em que a globalização desestabiliza referências culturais tidas como estáveis e essenciais para a manutenção da ordem social instituída em sociedades modernas, a saber, exemplos de categorias (re)postas pela ótica dicotomizante da modernidade – público/privado, popular/culto, primitivo/civilizado, moderno/pós-moderno etc. – e repensadas sob a ótica das teorizações pós-modernas.

Na modernidade líquida, identidades coesas não são tão queridas pelos sujeitos, porque sugerem uma incapacidade para escolher outros modos de ser e estar num mundo em que parecemos flutuar numa onda de oportunidades mutáveis e efêmeras (BAUMAN, 2005). A liberdade de escolha de identidades pode resultar do grau de mobilidade espacial de um indivíduo ou de um grupo – mobilidade que Bauman (1999) compreende como o *fator mais poderoso* de constituição de hierarquias de ordem cultural, social, política e econômica. Bauman (2005) acredita que a identidade passa a ser pensada quando o pertencimento se mostra em crise, quando as pessoas têm de refletir sobre quem são, num momento de instabilidade das verdades que ocultam a permanente inconclusão identitária – o que obriga os indivíduos a (re)inventarem as suas identidades ou inventarem outras.

Os comentários presentes nos textos analisados sobre negros e, em geral, afro-descendentes podem ser atravessados por discursos múltiplos e distintos, favorecendo uma possível proliferação de significados que contribuam para a constituição de suas identidades. Foucault (1978, p.258) pensa

[...] que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas[...]

Seguindo as teorizações de Foucault, Hall (2000) defende que as identidades surgem no interior das práticas discursivas. Nesse sentido, acreditamos que, nessas práticas e através delas, construímos a realidade, as instituições, os sujeitos, os objetos materiais, os sentimentos. Identidade aqui também é vista como prática, como algo em processo de elaboração constante. Além disso, corresponde a posicionamentos discursivos (HALL, 2000; 2004), às vezes

coincidentes, às vezes de aparente contradição. Tomamos identidade como uma produção sócio-discursiva. Sendo o discurso uma prática (FOUCAULT, 1969), através dele as pessoas agem no mundo e sobre o mundo, significando-se e significando aqueles com quem interagem. Logo, analisar textos publicados na mídia impressa sobre cotas para negros é uma produção sócio-discursiva a respeito desses sujeitos, afetando, inclusive, a sua mobilidade espacial (BAUMAN, 1999; 2005), quando se posicionam favoráveis ou não ao seu ingresso nas universidades.

### **PRODUÇÃO DE SENTIDOS: INTERDISCURSO, FORMAÇÃO DISCURSIVA...**

Os sentidos formulados por um sujeito não são neutros, pois já vêm repletos de outros sentidos que foram formulados por outros sujeitos, em outras condições de produção, que são marcadas tanto pelos aspectos imediatos das assimetrias interacionais como pelos seus aspectos sócio-históricos. “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2003, p.32). Por esse motivo, podemos afirmar que o sujeito não tem total controle sobre aquilo que será compreendido a partir daquilo que foi dito por ele. Embora alguns autores defendam que ele não tenha controle, preferimos pensar que ele apenas não possui controle total, mas possui certo domínio sobre os significados que pretende expressar, uma vez que o sujeito enuncia seu texto a partir do lugar social, ou seja, depende dos interlocutores envolvidos na situação comunicativa, das relações de poder estabelecidas, das condições de produção, dos enunciados associados às condições de produção.

A partir da articulação entre formações ideológicas e formações discursivas, entendemos que o discurso se realiza na relação entre o lingüístico e o social e que se dá no entrelaçamento entre essas formações. O social para análise de discurso francesa é constitutivo, de forma que ocorre entre a materialidade lingüística e a sociedade numa relação de constitutividade entre a linguagem e o social (ORLANDI, 2003). A noção de formação discursiva está associada à de discurso e de prática discursiva (FOUCAULT, 1969; 1978).

O conceito de formação discursiva é relevante à análise de discurso francesa, porque através dele se procura estabelecer a articulação entre o discurso e a ideologia, compreendendo a produção de sentidos. As formações discursivas são regiões diferentes que recortam o interdiscurso e que refletem posições ideológicas, o modo como as posições de sujeitos e os seus lugares sociais aí são representados, ao passo que o interdiscurso (o dizível) se divide em diversas regiões ou formações discursivas que chegam desigualmente a diferentes locutores (ORLANDI, 2003). Ao reconhecer que a formação

discursiva, tomada de Foucault, é o lugar da constituição de sentidos, aquilo que, em uma formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito, Pêcheux propõe chamar de interdiscurso “todo complexo dominante” das formações discursivas pela articulação no complexo das formações ideológicas, que toda formação discursiva dissimula pela transparência de sentido que nela se institui.

A partir do entendimento de como o interdiscurso constrói efeitos de sentidos, articulando às posições dos sujeitos, cujos discursos são atravessados por ideologias em torno da questão racial, verificamos como o sujeito-autor de textos que apareceram na mídia impressa historiciza o seu dizer, “ao entretecê-lo de forma inconsciente e indelével à teia discursiva do já dito” (INDURSKY, 2001, p.33). A noção de interdiscurso se define a partir de uma exterioridade constitutiva. A objetividade material do interdiscurso reside no fato de que algo fala sempre antes e independentemente, sob a dominação do complexo de formações ideológicas (PÊCHEUX, 1997). Pêcheux indica ainda que sempre há um discurso, ou seja, que o dizível já está exterior ao sujeito, o que mostra que os efeitos de sentidos dependem do que é enunciável nas diferentes formações discursivas a que pertencem os seus sujeitos. Procuramos analisar práticas discursivas da mídia impressa a partir do entrecruzar de diferentes formações ideológicas e discursivas em que o sujeito-autor, ao ocupar a posição-sujeito, traz outros discursos em que ressoam vozes advindas de diferentes saberes e contextos em torno da noção de raça que atravessa a construção de identidades sociais de negros, principalmente daqueles que estão concorrendo ao vestibular através do sistema de cotas.

## ALGUMAS ANÁLISES

As discussões sobre a necessidade e a validade da implantação ou não das políticas de ação afirmativa, especificamente em relação àquelas concernentes ao ingresso de estudantes negros nas universidades, são raras; algumas que aparecem na mídia impressa ou televisiva tratam o assunto num tom pejorativo, imperando a desinformação e, por vezes, o próprio preconceito. Em alguns casos, o título recebido parece não difundir a seriedade com a qual o assunto deve ser abordado. Alguns títulos de textos veiculados em jornais e revistas brasileiras ilustram o que afirmamos: “Cotas, um remédio que é veneno” (GÓES, 2004), “Um teste de cor” (MEIRA, 2004), “Tortuosos caminhos” (BENJAMIN, 2002). Podemos observar o uso de alguns vocábulos que conduzem, de certa forma, a efeitos de sentidos que realçam aspectos negativos em torno da discussão da temática. Para ilustrar, tomamos um deles em que aparece a palavra remédio, como se estivéssemos lidando com uma doença; veneno, como se algum mal – talvez a visibilidade de práticas discriminatórias ou ainda a reafirmação do racismo – as cotas pudessem provocar.

Do texto “Cotas, um remédio que é veneno” (GÓES, 2004), destacamos as seguintes seqüências:

[...] “Na verdade, não existe uma ‘raça negra’, mas é preciso inventar uma para ser porta voz dela”. A Constituição de 1988, como as anteriores, não reconhece a idéia de raça como um critério real de distinção entre os indivíduos e a ela só se refere para dizer que é crime discriminar as pessoas por critérios raciais. As cotas, por sua vez, são raciais, isto é, conferem legitimidade à idéia de raça. A bem dizer a celebra.

Percebemos que o excerto acima é atravessado, entre outros, pelo discurso da democracia racial, acionando um documento oficial de grande importância para a organização social, política e legal de um grupo considerado nação. Perpassa por sua materialidade textual uma “massa de discursos” que circulam pela sociedade e que acionam situações, crenças e ideologia presentes na memória discursiva de interlocutores que se inserem em determinadas formações ideológicas e discursivas que imputam determinados modos de enxergar o mundo ao seu redor. O trecho “A Constituição de 1988, como as anteriores, não reconhece a idéia de raça como um critério real de distinção entre os indivíduos” pode suscitar efeitos de sentidos cujas implicações ideológicas ressaltam que, se a Constituição não reconhece raça como critério de distinção entre os brasileiros, no Brasil, então, deve existir uma única raça ou os brasileiros não devem sentir-se diferentes uns dos outros, quando no cotidiano se submetem a seleções de emprego, a vagas em escolas, entre outras. Entendemos que tal segmento discursivo parece atravessado e o sujeito se inscreve num pré-construído que nos remete ao mito da democracia racial (FREYRE, 2005), quando reforça o escrito constitucional com o trecho “[...] e a ela [=a raça] [a Constituição] só se refere para dizer que é crime discriminar as pessoas por critérios raciais”.

No texto “As cotas nas universidades”, Nassif (2004) defende que,

[...] Como dois e dois são quatro, a maioria absoluta dos alunos que entrarem nas universidades pelo atalho das cotas não completará os cursos. Os que completarem teriam conseguido entrar nas universidades sem o expediente das cotas. Sob o manto da responsabilidade social, vão se praticar duas irresponsabilidades: uma com o aluno que, sem nenhuma formação anterior, se esfalfará, terá que estudar e trabalhar ao mesmo tempo, [...] outra com o país, ao desperdiçar recursos públicos e a banalizar ainda mais os cursos superiores.

A universidade é, por definição, intelectualmente elitista e não há por que temer a palavra.

Essa seqüência revela que Nassif (2004) busca trazer outros discursos, ativando a memória discursiva, acionando saberes produzidos pelas teorias



biológicas – as chamadas teorias poligenistas – que, no início do século XIX, utilizavam a palavra *raça*, numa perspectiva semântica, no sentido de tipo, designando espécies humanas distintas, tanto fisicamente quanto em termos de capacidade mental. Nesse período, disseminou-se uma relação entre aspectos fenotípicos – cor de cabelo, por exemplo – e aspectos cognitivos, intelectivos (GUIMARÃES, 2005). As seqüências “Como dois e dois são quatro, a maioria absoluta dos alunos que entrarem nas universidades pelo atalho das cotas não completará os cursos” e “Os que completarem teriam conseguido entrar nas universidades sem o expediente das cotas” refletem um já-dito que expressa que, segundo tais teorias, indivíduos de raça branca são cognitivamente superiores, o que os tornava mais inteligentes, aptos para a inserção no meio acadêmico e para o usufruto da socialização de saberes. Segundo as mesmas teorias, os negros apresentam capacidade cognitiva inferior a dos brancos e, por isso, não conseguem competir com esses, necessitando do auxílio de um sistema de cotas. Essa idéia é reforçada quando julga ser uma irresponsabilidade com o país o ingresso de estudantes negros através do sistema de cotas, porque, já prevendo o fracasso escolar desses estudantes, o final da seqüência supracitada acusa o desperdício de recursos financeiros e ainda uma maior banalização do ensino.

Logo, por um gesto de interpretação, podemos entender que a interdiscursividade se dá por meio de saberes advindos do século XIX e das teorias poligenistas, o que provavelmente aponta a materialidade lingüística selecionada por nós. Não podemos esquecer que é na sua inscrição na história que a língua possibilita a produção discursiva e porque o sujeito produtor de sentidos é afetado pela língua e pela história, o que faz sempre presente em dizeres atuais, através da memória discursiva, dizeres ditos por outrem em tempos passados; isso torna o sujeito, concomitante e paradoxalmente, livre e submisso (ORLANDI, 2003).

A idéia da perpetuação da classe considerada hegemônica presentifica-se ainda nesse discurso que veicula valores socialmente propagados acerca de uma formação de elite de brancos, ressaltando novamente o argumento de uma formação discursiva que traz implicações a partir da definição de traços discriminatórios, visto que a materialidade lingüística que apresenta a conceituação de uma universidade intelectualmente elitista exclui o negro, dada a sua inferioridade morfológica, tão propagada pelas teorias científicas (MUNANGA, 2004). No texto “As cotas nas universidades” (NASSIF, 2004), há um sujeito que se inscreve numa formação discursiva que remete a diferentes redes provenientes de discursos racistas cujo conteúdo ideológico é afetado por efeitos de sentido de que os negros ainda não podem compor uma elite que tenha predominância branca, a quem o prestígio social, econômico e, sobretudo, intelectual deve ser preservado. Na verdade, esses dizeres são disponibilizados por interdiscursos que se materializam lingüisticamente no texto abaixo.



No texto “Tortuosos caminhos”, Benjamin (2002) afirma que

A fusão de subgrupos humanos, acelerada na modernidade, foi mais radical no Brasil do que em outra parte do mundo [...]. Dadas as características a colonização portuguesa e nosso papel na divisão mundial do trabalho, fomos levados a realizar um monumental processo de miscigenação [...].

Como resultado, não somos nem brancos, nem negros, somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa é constituir uma identidade baseada na “raça”.

Há uma concepção de igualdade presente em alguns textos que estabelecem discursividades em torno da adoção de políticas públicas, desde que neles subjazem efeitos de sentido que conduzem à idéia de que não haveria raças no Brasil, a partir da utilização de efeitos de memória instaurados por teorias biológicas cujos saberes expressavam que o conceito de raça não se justificava mais por questões biológicas. No Brasil, propagou-se o discurso em torno da não existência de uma raça pura, principalmente do ponto de vista cultural, assegurando posições político-ideológicas de que, no Brasil, as relações sociais entre brancos e negros não refletem nenhuma prática de racismo entre aqueles que formam a nação. Isso fica evidente, inclusive, no emprego do substantivo *tentativa*, cuja discursividade nos permite chegar a um novo efeito de que existe algo ainda não concretizado, mas que se está buscando. Portanto, instauram-se discursos que nos remetem a um pré-construído presentificado nos trabalhos de Freyre (2005), para quem reina uma pacífica harmonia social entre os brasileiros. Dessa forma, construíam-se as identidades sociais dos negros, a partir do discurso da democracia racial expresso pelo autor, quando, em seus escritos, demonstra que há convívio num esquema funcional e espacial existente entre a casa grande e a senzala.

Depois de textos que representam as cotas numa perspectiva negativa, trazemos uma seqüência do texto “Em defesa das cotas” (SILVA, 2001):

Foi também o Estado brasileiro que tentou transformar em uma “Terra Nostra” embranquecida, já que pregavam diversos intelectuais no final do século XIX, o Brasil não seria desenvolvido em quanto fosse habitado por negros, assim tarde, esse racismo foi disfarçado em nome de uma falsa democracia racial, cujo único objetivo tem sido conter a revolta de negros – tentando fazer que aqui não há racismo.

Esses enunciados mostram uma formação discursiva que remete a várias outras, visto que o sujeito se inscreve a partir do seu pertencimento étnico-racial e do lugar social que está autorizado a falar em nome de um grupo: “Estudo na Universidade de São Paulo (USP) desde 1985. Sou formado em História, sou mestre em cinema e, atualmente, faço doutorado na mesma área. [...] Sou

negro. [...] Sou uma exceção às regras perversas que regem a vida de negros e negras neste país”. Silva (2001) ocupa o cargo de então representante executivo do Núcleo da Consciência Negra daquela universidade. Isso o conduz a condição de porta-voz de um grupo cujo discurso revela posicionamentos ideológicos e políticos a favor da adoção de cotas, à medida que ratifica o conteúdo de ideologias que evidenciavam a hegemonia dos brancos, além de outros já ditos, remete a discursos que discriminam os negros e os conduzem à condição de inferioridade.

A idéia da existência de uma democracia racial é refutada a partir da utilização do adjetivo *falsa* que desmistifica a idéia tão propagada por algum tempo, mas colocada em prova neste momento, de que todos são iguais. Isso permite, novamente, agora com um discurso de defesa, a utilização do verbo *tentar*, como algo ainda em processo e ainda não efetivado, no caso a noção de igualdade, que refletida ideologicamente nos discursos que veiculam posições contra a adoção de políticas de cotas no processo de construção de identidades sociais do negro, em que há discursividades que procuram, ao invés de abolir, dissimular as desigualdades sociais.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste esforço de análise, observamos que as práticas discursivas exercidas através dos textos aqui analisados contribuem para a constituição de significados e, por sua vez, de identidades em relação a minorias – em específico, os negros e afro-descendentes, em geral –, produzindo forças que confluem para facilitar ou até dificultar o seu acesso a direitos que todo cidadão deveria ter. Alguns textos presentes no *corpus* reiteram discursos que insistem na existência da igualdade racial na sociedade brasileira e que insistem em negar práticas discursivas discriminatórias disseminadas em diferentes instâncias sociais. Por fim, a análise a respeito das cotas nos permite preliminarmente chegar as seguintes considerações. Por um lado, os discursos revelam uma oposição ao Projeto de Lei 73/99, que defende a inserção desses segmentos nas vagas oferecidas na universidade, quando se pretende corrigir uma injustiça social, oportunizando aqueles que estavam em permanente processo de exclusão, para o qual a escola contribuiu em muito como espaço, por excelência, segregador. Por outro lado, há discursos que defendem a adoção de ações afirmativas em que o sistema de cotas se inclui como uma modalidade com o propósito de beneficiar uma parcela dos afro-descendentes. Os discursos ainda revelam que não deveria haver diferença no processo de ingresso nas universidades brasileiras, de modo que nesses discursos se expressam posições de sujeito referentes à construção identitária do negro face aos seus papéis sociais.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. (1999). **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2005). **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BENJAMIN, César. (2002). Tortuosos caminhos. **Caros Amigos**, São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br>. Acesso em 2 de outubro de 2005.
- FOUCAULT, Michel. (1969). **Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1979). **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- \_\_\_\_\_. (1978). Diálogo sobre o poder. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos por Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos e escritos; IV).
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. (2000). Mídia e produção do sujeito: o privado em praça pública. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; FRANCISCO, Deise Juliana (Orgs.). **Formas de ser e habitar a contemporaneidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- FREYRE, Gilberto. (2005). **Casa grande & senzala**. 50. ed. São Paulo: Global.
- FRIDMAN, Luis Carlos. (2000). **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- GÓES, José Roberto Pinto de. (2004). Cotas, um remédio que é veneno. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.3, 13 abr. 2004.
- GOMES, Joaquim Barbosa. (2003). O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos.; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2003). Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson dos.; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A.
- \_\_\_\_\_. (2005). **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Fundação Ford; Ed.34.
- HALL, Stuart. (2000). Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes.
- INDURSKY, Freda. (2001). Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo. **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat.
- MEIRA, Larissa. (2004). Um teste de cor. **Correio Braziliense**, Brasília, p.23, 13 abr.
- MUNANGA, Kabengele. (2004). **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Disponível em [www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=conc\\_negro\\_textos&y=base&z=08](http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=conc_negro_textos&y=base&z=08). Acesso em 10 de outubro de 2004.
- NASSIF, Luís. (2004). As cotas nas universidades. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 fev. ORLANDI, Eni Puccinelli. (2003). **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5.ed. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. (1993). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia S. Mariani *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP.

- \_\_\_\_\_ (1997). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 3.ed. Campinas: UNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (2002). **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas: Pontes.
- SILVA, Wilson da. (2001). Em defesa das cotas. **Revista Superinteressante**, São Paulo, p.106, jul.
- WOODWARD, Kathryn. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.